

Duas visões da Economia - II -

ROQUE SPENCER MACIEL
DE BARROS

Antes de buscar a caracterização da atitude da imprópria chamada "esquerda" (ainda que ideal), perante a ordem econômica, digamos algo a respeito da utopia, pois que isso nos será útil na sequência deste artigo. A utopia, di-lo a palavra, é um lugar que não existe. Ora, pode sonhar-se, ou construir no pensamento, uma utopia com fins exclusivamente literários, de deleite ou com objetivos satíricos ou de denúncia (comparando o mundo idealizado com a sociedade em que se vive) ou ainda com o objetivo de efetivamente realizá-la, por meio da conquista do poder. Morus, a quem se deve a palavra, por exemplo, não pretendeu levar à prática a sua. Platão, ao contrário, mais de uma vez quis ver concretizado o modelo da polis que idealizou: são por demais conhecidas as suas tentativas em Siracusa, que lhe renderam amargos dissabores, até o de ter sido feito escravo, resgatado pelo seu amigo, o matemático Arquitas de Tarento.

Os utopistas modernos (deixamos de parte os medievais e os anteriores à Revolução Francesa, os medievais estudados por Norman Cohn em *Em busca do milênio*, 1ª edição, 1957, e todos eles por Frank E. Manuel e Fritzie P. Manuel em *O pensamento utópico no mundo ocidental*, de 1979) quase todos tiveram, pelo menos, a intenção de levar à prática suas construções — quando não o tentaram efetivamente, à moda de Owen, Cabet e tantos outros —, isso para não falar da "utopia revolucionária", que vingou em mais de um lugar em nosso século, ainda que contrariando na prática o que fora sonhado. É verdade que essa contradição entre sonho e realidade, quando nos aprofundamos no conhecimento da estrutura real do pensamento utópico, se revela muitíssimo menor do que à primeira vista pode parecer. E isso porque o essencial desse "utopismo militante" é muito menos a organização que cada utopia propõe — desde a que prega a "hierarquização das classes", como a platoniana, mais "realista", à que propugna a igualdade absoluta, até mesmo com aquele "poliprofissionalismo" (ou "poliamadorismo"?), à moda do sonho marxista — e muito mais a convicção que ela traduz de que a realidade pode e deve ser moldada por ela.

A utopia que se quer realizar, independentemente de ser ou não realizável, há de privilegiar a vontade de realização transformadora, que se pretende impor ao existente, pela persuasão, pela educação ou pela revolução. Há

utopistas que descartam a força e a tomada violenta do poder, como há os que não vêem outra possibilidade de imposição de seus modelos utópicos a não ser pela prévia ocupação de todos os postos de mando, a ser obtida pela violência. Num ou noutro caso, entretanto, a utopia se apresenta como um combate entre a vontade e a realidade, como exigência de que esta se curve àquela. Eis por que dizíamos que a caracterização da utopia seria útil para entender a atitude dessa imprópria chamada "esquerda", em face da economia. O essencial desse "esquerdismo ideal" é o utopismo voluntarista, em função do qual se quer subordinar o funcionamento da economia, impedindo o livre jogo de seus mecanismos "naturais", isto é, aqueles que decorrem da ação dos agentes econômicos, sem que esta seja travada por intervenções que se poderiam chamar, de acordo com a conceituação de Wilhelm Röpke citada em artigo anterior, "desconformes".

Há uma velha história, atribuída a um conhecido político paulista, na década de 40, quando se instalou em nosso Estado a primeira Assembleia Legislativa após a ditadura getulista (anedota, posteriormente, atribuída a vários outros políticos), de acordo com a qual, ouvindo uma discussão sobre assuntos econômicos, em que um dos interlocutores dizia que a situação discutida "era consequência da lei da oferta e da procura", o indigitado teria dito: "Mas agora temos um legislativo funcionando; revoguem essa lei". Não entendemos por que, até hoje, dão risada quando o fato — ou anedota — é contado e ninguém ri quando se anuncia o rigoroso congelamento de preços ou o não menos rigoroso tabelamento de tudo. Pois, o que são o tabelamento e o congelamento, ainda que limitados, senão o equivalente a uma revogação da lei da oferta e da procura? O que é uma economia planificada senão o exercício de uma vontade política que, de posse do poder, proclama que todos devem querer o que ela quer, produzir o que ela determina e consumir o que ela permite, sem atentar para a resistência da real, que se compõe de milhões e milhões de aspectos que plano algum consegue apreender e, obviamente, muito menos satisfazer?

Todos sabemos, por exemplo, que um congelamento de preços provoca — e provoca tanto mais quanto mais irreal e mais prolongado for, lembrando-se ainda que, se não fosse irreal, não seria "necessário", do ponto de vista do "político da economia" — a escassez de produtos e o aparecimento

do mercado negro, precisamente por contrariar, frontalmente, sob vários aspectos distintos, a lei da oferta e da procura. E essas anomalias atingem, mais cedo ou pouco mais tarde, toda economia planificada (exceto, talvez, em situação de guerra, mas guerra em sentido literal e não figurado). E os problemas econômicos não se resolvem com desejos, intenções ou ordens voluntaristas, por mais glasnost e perestroika que se queira invocar.

Nós sentimos na carne, com o Plano Cruzado I, cujo fracasso era não só previsível, mas evidente pouco depois de sua implantação, quando o entusiasmo popular era ainda imenso (já que o povo, ingenuamente, acreditava que a vontade política, violando sem prazo marcado as leis da economia, era suficiente para debelar a inflação e instaurar o reino da felicidade), nós sentimos o que significa o voluntarismo utópico em ação, especialmente quando alimentado por uma crença messiânica irracional no mero poder dos decretos e dos discursos, concebidos como uma espécie de "magia encantatória".

A "esquerda ideal", ou utópica, escudada no seu voluntarismo, quer politizar inteiramente a economia, fazê-la depender de leis que não são as suas, mas as que nascem no bestunho dos detentores do poder — desde que este esteja em suas mãos.

E, pelo menos um sentido, mas num sentido extremamente importante, ao mesmo tempo que se politiza a economia, se esvazia a política propriamente dita, entendida como algo a decidir-se na polis, entre cidadãos livres e independentes. E um dos elementos fundamentais para essa liquidação da política, no terreno que lhe é próprio, é a politização da economia. Acompanhemos a respeito as profundas reflexões de Alexander Zinoviev: "Pensa-se geralmente que a política é o problema do poder. Certamente. Mas o problema do poder não é sempre político. Quando se quer tomar o poder, o problema é político. Mas, em uma sociedade de tipo soviético (isto é, soviético, observação nossa), o problema do poder não é mais político a partir do momento em que ele é tomado e consolidado", mesmo porque as relações políticas "supõem indivíduos socialmente independentes entre eles". Ora, "em sua vida interna o Estado soviético não é uma individualidade política porque não tem, diante dele, nenhum outro indivíduo independente. Não há, então, nada de espantoso em que o Estado soviético considere a atividade da oposição como um crime de direito comum, ao mesmo título que o

roubo, o gangsterismo, a especulação etc., e que procure obstinadamente apresentar os opositores como seres amorais, especuladores, escroques, traficantes de divisas etc. Essa atitude não é o fruto de um cálculo maquiavélico; ela decorre diretamente da natureza da sociedade, do poder e também da oposição. A Confraria soviética não é também, por sua vez, uma organização política. Poderia haver aí uma situação política se, por acaso, os organismos econômicos se tornassem independentes dos organismos da Confraria e se uns e outros (ou ao menos os primeiros) fossem independentes do Estado (grifo nosso). Dito de outra forma, um indivíduo A entra em relações políticas com um indivíduo B, para chegar a um fim C, se e somente se A e B são independentes (sobretudo) em relação à realização de C e se A é obrigado a levar B em consideração. As ações empreendidas por A visando a B são então atos políticos que se podem traduzir em um acordo ou em um conflito" (Cf. Les Hauteurs béantes, L'Âge d'Homme, Lausanne, 1977, p.p. 460/1). "Politizando" a economia, a sociedade mesma tornou-se apolítica; a política aí pereceu (cf. p.p. 461 e 465), ainda que essa sociedade ideológica apresente uma aparência política, para facilitar a "lavagem do cérebro" dos súditos e para poder, no plano internacional, aparecer como interlocutora válida dos poderes políticos de outros países. Estas últimas observações, extremamente interessantes aliás, fogem, entretanto, do nosso propósito que é de ressaltar a visão utópico-esquerdista da economia, fundada no voluntarismo e suas consequências não só para a economia, que se politiza (de "economia política" se transforma apenas em "política econômica"), como para a política que, como terreno de conflitos e entendimentos entre homens independentes, tende a desaparecer. No mundo da utopia não há lugar para o agnóstico.

Antes de abandonarmos de vez os conceitos esvaziados de "esquerda" e "direita" — que vamos substituindo por duas mundivisões típicas e contrapostas, à espera ainda de uma designação adequada — queremos lembrar que, no artigo intitulado Dois tipos políticos, aproximamos Hitler de Lenin e de Stalin e os ex-comunistas dos ex-nazistas. Ora, considerava-se — e muitos continuam a fazê-lo — o nazismo como uma posição de "direita" e o comunismo de "esquerda". Dentro dessa terminologia provisória — esquerda e direita ideais — seria válida aquela oposição? É a questão que procuraremos responder em dois outros artigos.